

Jornal da tarde  
**A Constituinte**

# Os sete temas de Ulysses



A questão agrária, as injustiças, a dívida externa, o Estado e a economia, a liberdade, a educação, o modelo exportador foram o alvo do discurso do presidente da Constituinte (que na foto maior aparece com o senador Fernando Henrique Cardoso).

**A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar**, proclamou o deputado Ulysses Guimarães, arrancando palmas do plenário e das galerias, ao proferir seu discurso de posse, ontem, como presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Foi um discurso de meia-hora marcado por frases incisivas sobre a questão da terra, as injustiças sociais, a "espoliação externa", as relações entre o Estado e a economia, a liberdade, a educação, marcado ainda por uma firme condenação ao modelo econômico exportador.

"O Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor." "Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino", afirmou Ulysses. "Vencer as injustiças sem violar a liberdade pode parecer programa para as sociedades da utopia... mas na realidade é um projeto inseparável da existência humana...". acrescentou.

"A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios, que impõem como único limite à liberdade de cada homem o mesmo direito à liberdade dos outros homens. Assim vemos a ação reguladora do Estado na atividade econômica. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados".

### Questão de justiça

O presidente da Constituinte afirmou ainda que "a liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la".

"A Justiça para os que trabalham" — segundo Ulysses — "deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores. Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça — uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos — é também consequência dela".

Para Ulysses, "não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. E também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que os vemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se de brutal

mais-valia internacional, que nos é apropriada na transferência líquida de capitais".

Continuando no tema da injustiça, Ulysses disse que "para sentir-se senhor de si mesmo cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobre tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias, ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos".

E prosseguiu: "Se o governo deve intervir no processo econômico que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado". Acrescentou que a "liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo".

Ulysses ponderou ainda que "construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares — como tanto fizeram — aumenta o Produto Interno Bruto, mas não signifi-

ca por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um país. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos, se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram-nos e os transportaram até o mar".

### Primeira sessão

Ulysses entrou no plenário às 15h45, 45 minutos atrasado, sentou-se na cadeira da presidência, abriu os trabalhos e iniciou a leitura do discurso. Era a primeira sessão de trabalho da Constituinte, vencidas as etapas de instalação e da escolha do presidente. E teria ficado no discurso de Ulysses não fosse o registro de mais de uma dezena de questões de ordem, principalmente a respeito das normas provisórias, que serão votadas hoje para orientar o funcionamento da Assembleia.

Por duas vezes a sessão foi interrompida por falta de energia elétrica e o plenário não estava repleto como nos dias anteriores. Ulysses anunciou a presença de 415 constituintes, enquanto as galerias, com apenas um quinto das cadeiras tomadas, já apresentavam o rotineiro movimento de turistas.

Ulysses acabou não se manifestando quando, logo após seu discurso, o deputado

Hélio Duque (PMDB-PR) fez um protesto contra o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e pediu sua saída do governo: "Esta Casa não pode calar-se diante das levianas declarações do senhor consultor-geral da República, que, segundo o jornal O Globo, referiu-se de forma irônica a deputados do PMDB, dizendo que ontem (anteontem) foi o primeiro dia de aula aos que passaram no vestibular e agora querem agir". A seguir pediu a Ulysses que confirmasse a declaração, "porque, em caso positivo, o senhor consultor-geral não tem condições de continuar no governo".

A seguir, quando Ulysses informava ao plenário sobre o resultado da reunião realizada de manhã entre os líderes partidários, para examinar a questão das normas provisórias, vários parlamentares desfilaram pelos microfones reclamando maior participação nessas decisões. Um deles, novato, afirmou que alguns de seus companheiros "estão-se sentindo aqui tangidos como bois". E enquanto Del Bosco Amaral (PMDB-SP) contestava o direito de líderes que estão para ser substituídos estar tratando dessas questões, o deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) encontrava uma explicação para tanta preocupação com as normas provisórias: "É que já ocorreu tanta coisa nesta Casa que, como diz o ditado, cachorro picado de cobra tem medo até de língua".

Mas o humor limitou-se a essa manifestação. Logo, deputados como Victor Faccioni (PDS-RS), Aluizio Campos (PMDB-PB) e José Genoíno (PT-SP) levantaram questões relacionadas às prerrogativas parlamentares e ao funcionamento do Congresso. Ao final, atendendo a pedidos, Ulysses concedeu 24 horas aos constituintes para exame da proposta de normas provisórias, que era para ter sido votada ontem mesmo. Ulysses disse que as demais questões — como, por exemplo, se a Constituinte também se manifestará durante seu curso por meio de atos parciais — serão resolvidas pelo seu regimento interno.

### Superpoderes

Em entrevista, o deputado Ulysses Guimarães procurou rebater as críticas por ter adquirido superpoderes ao ser eleito presidente da Câmara e da Constituinte, acumulando esses cargos com a vice-presidência da República e a presidência do PMDB: "A minha eleição para a presidência da Constituinte foi plebiscitária. Andei por todo o País, na última campanha eleitoral, e as referências que ouvi eram no sentido de minha indicação para presidente da Assembleia".

Bem-humorado, sem aparentar cansaço, apesar da maratona dos últimos dias, Ulysses passou a manhã em sua casa recebendo telefonemas de congratulações, tocando seu discurso e discutindo por telefone com as lideranças o regimento interno da Constituinte.

Ulysses disse ainda que a acumulação dos cargos vai permitir a ele centralizar "todo o potencial de trabalho". E não admitiu nem mesmo abandonar a presidência do PMDB, "assunto que será resolvido no tempo devido".

Mais tarde, em sua primeira tarefa oficial como presidente da Constituinte, Ulysses recebeu sugestão de dispositivo regimental para a participação popular na Constituinte, mediante propostas assinadas por, no mínimo, 30 mil cidadãos, ou por duas entidades com mais de 30 mil associados. O documento foi levado a seu gabinete por representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, acompanhados do senador Mário Covas (PMDB-SP) e do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP).

Depois de assinalar que aquela era a primeira contribuição vinda da sociedade que recebia como presidente da Constituinte, Ulysses disse esperar muitas outras, inclusive para que a população se torne corresponsável pelas decisões e serem tomadas pelos constituintes. Depois disso, o presidente da Constituinte ainda recebeu diversos grupos de parlamentares, que fizeram uma verdadeira romaria a seu gabinete.

## Os constituintes gostaram do discurso: "moderado", "corajoso", "sóbrio" e "clássico".

O senador Maurício Corrêa, do PDT de Brasília, definiu o discurso do deputado Ulysses Guimarães como "uma peça oratória voltada para as causas populares, antecipando as questões que serão debatidas na Assembleia Nacional Constituinte. Mas esclareceu não concordar com a interpretação de alguns parlamentares mais conservadores, de que o pronunciamento foi de esquerda. "Não considero ter havido excessos, ou omissões", enfatizou.

Já o deputado Domingos Leonelli, do PMDB baiano, disse que a fala do deputado paulista

"foi boa, mas presidencial, porque acentuou o seu caráter presidencialista", numa referência irônica ao fato de um deputado paulista ocupar três presidências e ser aspirante ainda à Presidência da República. Apesar disso, admitiu que o discurso foi positivo porque levantou questões corajosas e centrais, como a propriedade da terra e o controle do capital financeiro.

O presidente do PL, deputado Álvaro Valle, afirmou ter sido um discurso bom e que "não poderia fazer-lhe as mesmas críticas que alguns parlamentares

formularam em relação ao pronunciamento do ministro Moreira Alves. Acredito que dois homens públicos com a responsabilidade de presidentes da Constituinte devem fazer pronunciamentos de substância".

Para Álvaro Valle, todo o homem público tem o direito de expor seu pensamento quando fala, "o que não significa que o deputado Ulysses Guimarães vá ser parcial na discussão dos temas da Constituinte".

Já o deputado Antônio Mariz, do PMDB paraibano, considerou a fala de Ulysses "clássica,

bem formada e clara em relação às questões democráticas".

"Foi um discurso sóbrio. Defendeu posições progressistas que todos aplaudimos e esperamos ele ponha em prática, na presidência da Assembleia Nacional Constituinte", assim o líder do PDT, Brandão Monteiro, comentou o discurso de ontem do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

"Foi uma peça moderada que, de alguma forma, desfez suspeitas de que ele teria passado para a esquerda festiva", observou o líder do PTB, Gastone Righi.

# O regimento: mais prazo para críticas.

Os líderes partidários no Senado e na Câmara envolvidos na elaboração das normas provisórias para funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e do regimento definitivo decidiram ontem pelo adiamento, por mais cinco dias, da votação do regimento definitivo, passando do dia 19, como inicialmente se anunciara, para no máximo até 24 de fevereiro.

Com essa providência, os líderes alteraram o calendário anterior, resolvendo dar mais prazo (até segunda-feira) para que qualquer constituinte possa oferecer emendas ao anteprojeto de regimento interno. Terminado esse prazo, o relator — a ser designado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de comum acordo com os líderes — terá até 13 de fevereiro (a segunda-feira da semana seguinte) para dar o seu parecer, iniciando-se, então, o processo de discussão do regimento interno, culminando com o processo de votação, entre 23 e 24.

As normas provisórias, que já têm dois dias de atraso com relação ao início dos trabalhos efetivos da Constituinte, servirão para pôr em funcionamento a Constituinte com relação ao plenário, com reuniões diárias de quatro horas (das 14h às 18h) para a discussão de temas constitucionais. Com a aprovação do futuro regimento da Constituinte é que se poderá considerar efetivamente iniciados os trabalhos da Assembleia.

Para os líderes chegarem a um acordo que permitisse a elaboração de dois textos — um das normas provisórias, mais sintético, e outro mais complexo e detalhado do regimento interno — foram necessárias algumas reuniões e reescrever algumas vezes os textos propostos. Nas normas, o que mudou de substancial foi o calendário.

### Referendum Popular

Já no regimento interno, houve uma profunda alteração num ponto que prome-



Ulysses e Passarinho: acertos.

tia ser polémico dentro da Assembleia: a necessidade de um referendum popular após a aprovação e antes da promulgação da nova Constituição. No caso de rejeição prévia o texto aprovado na segunda-feira pelos líderes — a nova Carta Constitucional seria submetida a representantes do povo para a elaboração das alterações necessárias.

O líder do PDS na Câmara, Amaral Neto, reagiu prontamente: "Tenho pânico de ver o povo fazendo referendum à Constituinte", disse ele, considerando uma contradição que o povo tenha eleito os seus representantes junto à Assembleia Nacional Constituinte e agora passe a necessitar de revisar o trabalho desses representantes.

A retirada da previsão do referendum, segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e do vice-líder do PDS na Câmara, Bonifácio de Andrada, é que não se trata de tema regimental, mas sim depende de decisão constitucional, não

cabendo no regimento interno. Será a própria Constituinte, se assim, o desejar, que vai inserir a possibilidade de referendum no próprio texto da futura Constituição.

Na tarde de ontem, pouco antes de ser iniciada a primeira sessão efetiva da Constituinte — depois da instalação e da eleição de Ulysses Guimarães para presidente — os líderes partidários no Senado e na Câmara levaram as propostas das normas provisórias e do regimento interno para Ulysses Guimarães.

Na opinião do 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PFL-BA), o funcionamento da chamada grande comissão da Assembleia Nacional Constituinte, já praticamente descartada, não traria qualquer problema aos trabalhos dos constituintes. Lembrou que qualquer um deles, mesmo não participando oficialmente da grande comissão, teria acesso aos seus trabalhos, poderia oferecer emendas, debater os temas ali colocados, só não tendo direito a voto.